

13. NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.2. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Entidade: Câmara Municipal de Odivelas

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2019.

8.2.1. Não ocorreram derrogações ao POCAL neste exercício.

8.2.2. Comparabilidade

As contas com referência a 31 de dezembro de 2019 são comparáveis com as do período anterior.

8.2.3. Critérios Valorimétricos e Métodos de Cálculo

As demonstrações financeiras foram elaboradas com o objetivo de dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação económica, financeira e patrimonial, aplicando os princípios de continuidade, consistência, especialização, custo histórico, prudência, materialidade e da compensação. A valoração dos ativos e passivos tem em conta os critérios valorimétricos, bem como os critérios e métodos específicos descritos.

Os registos contabilísticos tiveram por base os seguintes critérios valorimétricos, utilizados relativamente a várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados:

► Imobilizações

As imobilizações estão valorizadas ao custo de aquisição / construção, quando o mesmo é conhecido. Nas situações em que não foi possível obter o custo de aquisição / construção, foram utilizados critérios técnicos adequados à natureza

dos bens, conforme estabelecido no POCAL. Assim, os critérios técnicos considerados foram os seguintes:

1. Em resultado do processo de inventariação do Património do Município, foram utilizados para a valorização dos bens imóveis os critérios abaixo apresentados, pela sua ordem:

- ▶ Valor patrimonial tributário;
- ▶ Valor de € 492,00/m² com base na Portaria 16-A/2008, de 9 de janeiro, para construção;
- ▶ Valor de € 570,30/m² com base na Portaria 1529-A/2008, de 26 de dezembro, para habitação social.

2. Existem ainda bens imóveis que estão reconhecidos ao justo valor, reportado a 19/12/2008, cuja avaliação foi efetuada por perito independente, existindo relatórios de avaliação a suportar os referidos montantes.

3. Para as infraestruturas (rede viária municipal) para os quais não foi possível obter o custo de construção, foram utilizados os dados das cauções de cada um dos alvarás (igual aos orçamentos de construção) e apurado um valor médio de construção de 26,11 €/m² (assumido como critério técnico adequado à natureza dos bens de acordo com o POCAL). Para os arruamentos mais recentes, foram utilizados os respetivos valores por m² em conformidade com os montantes das cauções prestadas para a sua construção (valores representativos dos orçamentos de construção).

4. Para as doações, foram considerados os valores atribuídos pelos cedentes aos respetivos bens (maioritariamente obras de arte em que se considerou o respetivo preço de venda ao público).

▶ Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros (Partes de Capital) são relevados ao custo de aquisição.

► Existências

As existências são registadas ao custo de aquisição líquido de IVA, utilizando o custo médio ponderado como método de custeio das saídas de armazém.

► Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos apresentados.

São calculadas provisões para cobrança duvidosa, a uma taxa de 100% para dívidas com prazo de vencimentos superiores a um ano. Estas provisões não incluem as dívidas abrangidas por planos de pagamento.

Quando as dívidas são recebidas num prazo superior a 12 meses, são classificadas no ativo em médio e longo prazo.

► Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

► Acréscimos e Diferimentos

Os proveitos e os custos foram registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos e constam nos respetivos exercícios económicos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

► Proveitos – Rébito

Os proveitos são mensurados pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, deduzidos dos montantes estimados de devoluções, descontos e outros abatimentos.

Os rendimentos provenientes de impostos diretos e indiretos são reconhecidos quando o direito é gerado, independentemente da data do seu recebimento, com exceção do

IMI e IRS, cujo reconhecimento corresponde ao valor do imposto referente ao ano anterior. Considera-se, neste matéria, que o Município não tem o controlo dos montantes recebidos, que é a AT que cobra este imposto e procede à sua transferência para o Município.

Os proveitos provenientes da prestação de serviços são reconhecidos quando o direito é gerado, independentemente da data do seu recebimento.

Os proveitos decorrentes dos Licenciamentos são reconhecidos quando recebidos.

Os proveitos provenientes da venda de bens são reconhecidos quando a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, a entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos, a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. Na maior parte dos casos, a transferência dos riscos e vantagens da propriedade coincide com a transferência do documento legal ou da passagem da posse para o comprador.

► Empréstimos

Estão reconhecidos pelo seu valor nominal.

São classificados de médio e longo prazo, independentemente da sua data de reembolso.

Os critérios e métodos utilizados:

► Amortizações

As amortizações são calculadas sobre o valor do custo de aquisição de acordo com as taxas previstas Classificador complementar 2 Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. O método de Cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.

► Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efetivamente necessários e estão associadas a perdas de valores de Ativos (para cobrança duvidosas).

Relativamente às provisões para riscos e encargos (contas de passivo), as mesmas refletem as responsabilidades da Câmara em processos judiciais em curso, para os quais existem fortes probabilidades de vir a ser condenada.

► Subsídios

Os subsídios recebidos para compartilhar os custos com a construção de imobilizado são reconhecidos no passivo, sendo transferidos para proveitos na proporção das amortizações dos referidos bens subsidiados.

Sempre que existe fortes probabilidades dos subsídios serem recebidos são efetuadas estimativas (com base nas faturas consideradas elegíveis no âmbito de cada projeto) e relevados no ativo (conta de devedores diversos) por contrapartida do passivo (subsídios ao investimento) ou proveitos operacionais (subsídios à exploração).

► Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de proveitos e custos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vida útil do património;
- Provisões das dívidas a receber;
- Provisões para riscos e encargos;
- Estimativa de Férias e Subsídio de Férias;

- ▶ Proveitos a receber de projetos participados;
- ▶ Subsídios a receber de terceiras entidades;
- ▶ Taxas a receber de terceiros;
- ▶ Valorização dos bens imóveis:
 - Em 2008 foi efetuado um trabalho por entidade externa tendo por base o inventário e avaliação de bens imóveis, tendo sido considerada a data para início de amortização 19/12/2008;
 - Em 2014 foram regularizados os valores de arruamentos que não tinham valor, com base nos alvarás que determinaram a sua cedência e nos valores de caução. A data de início de amortização considerada foi a da receção provisória de cada alvará;
 - Em 2015, relativamente aos arruamentos identificados no inventário e que não tinham valor de alvará foi apurado o valor médio de construção como critério técnico no valor de € 26,11 por metro quadrado, sendo que as amortizações começaram a ser calculadas nesse ano.

8.2.4. Não se aplica, em virtude de não se ter efetuado qualquer operação em moeda estrangeira.

8.2.5. Não se aplica.

8.2.6. Na conta 43 – Imobilizado Incorpóreo não existem itens relativos a despesas de instalação e despesas de investigação e desenvolvimento.

8.2.7. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, o movimento ocorrido nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, foi o de acordo com os seguintes quadros:

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019

Mapa do Ativo Bruto

Quadro n.º 1

(euros)

MAPA DO ATIVO BRUTO								
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Abates	Transferências	Doações e Transf.	Saldo Final
Bens de Domínio Público								
Terrenos e recursos naturais	11.518.579,85							11.518.579,85
Edifícios	0,00							0,00
Outras construções e Infraestruturas	76.292.609,19					195.603,29		76.488.212,48
Bens do património histórico, artístico e cultural	23.000,00							23.000,00
Outros bens de domínio público	3.309.446,03					116.311,33		3.425.757,36
Imobilizações em curso	58.998,04		1.082.338,56			-359.219,77		782.116,83
	91.202.633,11		1.082.338,56	0,00	0,00	-47.305,15	0,00	92.237.666,52
Imobilizações Incorpóreas								
Despesas de instalação	0,00							0,00
Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00							0,00
Propriedade industrial e outros direitos	1.109.264,27		35.819,86					1.145.084,13
Imobilizações em curso	16.686,77		7.151,48					23.838,25
	1.125.951,04		42.971,34	0,00	0,00	0,00	0,00	1.168.922,38
Imobilizações Corpóreas								
Terrenos e recursos naturais	49.616.819,49		223.354,90					49.840.174,39
Edifícios e outras construções	122.955.717,45		49.663,87			3.235.947,47		126.241.328,79
Equipamento básico	7.699.128,11		11.162,20		-126.084,22		-428,00	7.583.778,09
Equipamento de transporte	2.703.145,63		270.671,02					2.973.816,65
Ferramentas e utensílios	270.835,92		6.715,92					277.551,84
Equipamento administrativo	5.084.574,54		981.771,01		-15.308,81		-515,00	6.050.521,74
Taras e vasilhame	0,00							0,00
Outras imobilizações corpóreas	2.330.483,39		5.608,57		-1.390,62		30.955,00	2.365.656,34
Imobilizações em curso	1.238.822,48		2.995.995,62			-3.188.642,32		1.046.175,78
	191.899.527,01		4.544.943,11		-142.783,65	47.305,15	30.012,00	196.379.003,62
Investimentos Financeiros								
Partes de Capital	1.556.106,44							1.556.106,44
Obrigações e títulos de participação	1.978.758,00							1.978.758,00
Investimentos em imóveis	0,00							0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00							0,00
Edifícios e outras construções	0,00							0,00
Outras aplicações financeiras	0,00							0,00
Depósitos em instituições financeiras	0,00							0,00
Títulos da dívida pública	0,00							0,00
Outros títulos	0,00							0,00
Imobilizações em curso	0,00							0,00
	3.534.864,44	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.534.864,44
Total	196.560.342,49	0,00%	5.670.253,01	0,00	-142.783,65	0,00	30.012,00	293.320.456,96

O aumento da rubrica de bens de domínio público deve-se essencialmente às transferências de ativo em curso para ativo firme, relativas a grandes reparações nos parques infantis do Município.

No que diz respeito às imobilizações corpóreas o aumento no ativo bruto foi de 4.672.123 euros, sendo a maioria decorrente de transferências de ativos que se encontram em curso e que foram concluídos, no valor de 3.235.947,47 Euros.

Neste exercício verificaram-se ainda abates no valor de 143.727 euros, a maior parte dos quais já amortizado.

Este aumento encontra-se justificado pelas seguintes empreitadas:

Obras Concluídas

Quadro n.º 2

(euros)

Obra	Montante
Empreitada de "Beneficiação Geral do Edifício EB1/JI Maria Máxima Vaz - Odivelas"	152.195,40
Empreitada de "EB1 Sophia de Mello Breyner (Quinta das Pretas) - Remodelação Geral - Famões"	121.761,87
Empreitada de "Execução de telheiros em jardins-de-infância do concelho de Odivelas - JI Álvaro de Campos, JI Dr.º João Santos e JI Roque Gameiro"	48.996,67
Empreitada de "EB1/ JI Quinta da Paiã - Beneficiação do Edifício Centenário - Pontinha"	153.771,76
Empreitada de "Beneficiação do JI Gil Eanes - Pontinha"	139.177,89
Empreitada de "Escola EB/JI do Olival Basto - Impermeabilização de Coberturas em Terraço, pinturas interiores e exteriores do JI e reparação de muros"	55.338,83
Empreitada de "Beneficiação da Escola EB1 Francisco Vieira Caldas em Caneças"	157.831,80
Empreitada de "Beneficiação da Escola EB1/ JI dos Apréstimos, na Freguesia da Ramada"	145.638,90
Empreitada de " Remodelação e Ampliação da Escola dos Castanheiros, em Caneças"	1.991.061,40
Empreitada de "Reabilitação de Edifício Municipal de Habitação sito na Rua António Aleixo"	185.191,30
Empreitada de "Beneficiação do ringue da Póvoa de Santo Adrião"	37.676,50
Execução e Requalificação de Parques Infantis	47.305,15
Total	3.235.947,47

No que diz respeito ao equipamento administrativo, o aumento refere-se essencialmente, à aquisição de mobiliário, equipamento escolar e didático para as escolas básicas e jardins-de-infância do Concelho de Odivelas.

Quanto ao equipamento de transporte o aumento deve-se á aquisição de um autocarro.

Mapa de Amortizações e Provisões

Quadro n.º 3
(euros)

Mapa de Amortizações e Provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço		Regularizações	Saldo Final
		Anos Anteriores	Exercício		
De Bens de Domínio Público					
Terrenos e recursos naturais	0,00				
Edifícios	0,00				
Outras Construções e Infraestruturas	39.299.812,83		3.804.089,32		43.103.902,15
Bens do património Histórico, Artístico e Cultura	11.500,00		1.150,00		12.650,00
Outros Bens de Domínio Publico	1.720.832,61		177.002,26		1.897.834,87
Total De Bens do Domínio Público	41.032.145,44	0,00	3.982.241,58	0,00	45.014.387,02
De Imobilizações Incorpóreas					
Despesas de Instalação	0,00				0,00
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	0,00				0,00
Propriedade Industrial e Outros Direitos	1.061.897,37		50.397,24	0,00	1.112.294,61
Imobilizações em curso	0,00				0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00				0,00
Total Imobilizações Incorpóreas	1.061.897,37	0,00	50.397,24	0,00	1.112.294,61
De Imobilizações Corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	0,00				0,00
Edifícios e Outras construções	19.330.651,09		1.995.442,15		21.326.093,24
Equipamento básico	7.634.191,97		20.854,43	126.512,22	7.528.534,18
Equipamento de transporte	2.203.555,79		100.351,05		2.303.906,84
Ferramentas e utensílios	179.207,25		16.313,70		195.520,95
Equipamento administrativo	3.744.713,88		529.696,24	15.727,14	4.258.682,98
Taras e Vasilhame	0,00				0,00
Outras imobilizações corpóreas	1.771.415,70		70.276,28	1.390,62	1.840.301,36
Imobilizações em curso	0,00				0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00				0,00
Total Imobilizações Corpóreas	34.863.735,68	0,00	2.732.933,85	143.629,98	37.453.039,55
Total	76.957.778,49	0,00	6.765.572,67	143.629,98	83.579.721,18

Relativamente ao imobilizado em curso o valor refere-se às seguintes obras:

Imobilizações em Curso

Quadro n.º 4
(euros)

Imobilizações em Curso	Montante
Reabilitação da Quinta do Espírito Santo	841.999,52
Reabilitação de Edifício Municipal de Habitação na Praceta Alice Pestana	16.523,83
Empreitada do novo mercado da Pontinha	27.923,31
Requalificação e Reabilitação do Centro Infantil - Creche de Odivelas	115.531,92
Projeto de Execução da Escola Básica das Colinas do Cruzeiro	44.197,20
Prestação de Serviços para Desenvolvimento do novo Website Institucional da CMO	23.838,25
Requalificação do troço final da estrada da Arroja	136.426,70
Rede Ecológica Metropolitana - Zona norte 2 percursos dos Passadiços nas Colinas do Cruzeiro	85.627,01
Execução de Obras Coercivas nas Colinas do Cruzeiro	321.615,64
Execução de Obras Coercivas no Bairro dos Pedernais	144.455,81
Obras de Recuperação do Skatepark de Odivelas3	41.562,74

Projeto de Execução e de Drenagem Pluvial da Criação da Zona 30 do Centro Histórico de Odivelas	16.573,95
Projeto de Execução da Requalificação da Avenida D. Dinis - Odivelas	5.463,27
Projeto de Reformulação do Cruzamento da Avenida D. Dinis com a Rua Dr. Manuel Simões Coelho	11.165,93
Projeto de Licenciamento da Requalificação da Avenida 25 de Abril - Pontinha	19.225,78
Total	1.852.130,86

8.2.8. Desagregação das rubricas dos mapas atrás referidos.

Os intervalos das taxas de Amortização aplicadas às rubricas dos mapas antecedentes são os seguintes:

Taxas de Amortização

Quadro n.º 5

Conta	Descrição	Taxas de Amortização (Intervalo)
42.2	Edifícios e Outras Construções	0% - 20%
42.3	Equipamento Básico	0% - 100%
42.4	Equipamento de Transporte	7,14% - 100%
42.5	Ferramentas e Utensílios	7,14% - 100%
42.6	Equipamento Administrativo	0% - 100%
42.9	Outras Imobilizações Corpóreas	0% - 100%
43.3	Propriedade Industrial e Outros Direitos	33,33% - 100%
45.3	Outras Construções e Outras Infraestruturas	0% - 5%
45.5	Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	5%

8.2.9. Não foram capitalizados custos relativos as empréstimos bancários contraídos para suportar a construção de imobilizados.

8.2.10. Não se aplica.

8.2.11. Não se aplica.

8.2.12. Não se aplica.

8.2.13. Não se aplica.

8.2.14. Os bens de Imobilizado sem valorização estão disponíveis para consulta no dossier do Património. São bens relacionados com Escolas que foram transferidas pelo Ministério da Educação

8.2.15. Todos os bens de Domínio Público são objeto de amortização.

8.2.16. Investimentos Financeiros.

Os capitais próprios das participadas a 31/12/2019 são os seguintes:

Participação social

Quadro n.º 6
(euros)

DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE	2019							
	CAPITAL SOCIAL	PARTICIPAÇÃO CAPITAL	%	Nº AÇÕES	PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL NA CONTA 41 (CUSTO DE AQUISIÇÃO)	%	FUNDOS / CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO LÍQUIDO
Águas do Tejo Atlântico, S.A	113.527.680,00	2.521.433,00	2,22	2.521.433,00	1.354.500,00	0,01	115.903.492,00	4.277.855,00
VALORSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e Oeste, S.A	25.200.000,00	135.945,00	0,54	27.189,00	201.606,00	0,00	56.682.528,00	-1.797.103,00
Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas	12.032.052,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,43	41.995.465,58	308.475,03

O Município tem uma participação financeira de 0,54% do capital social da VALORSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e Oeste, S.A.

Esta aquisição foi aprovada pela Assembleia Municipal na 12ª Sessão extraordinária realizada a 31 de Julho de 2013.

Relativamente à participação que o Município detém na "Águas de Lisboa e Vale do Tejo", esta empresa sofreu um processo de extinção tendo sido criada uma nova entidade, em março de 2017, pelo que passou a ser denominada por "Águas do Tejo Atlântico, S.A". No seguimento deste processo, o Município de Odivelas passou a ser detentor de 2,22% da sua participação, correspondendo ao valor de 2.521.433€.

Em 2014, foi efetuado o acordo de gestão dos Serviços Intermunicipalizados de Loures e Odivelas (SIMAR).

Os SIMAR de Loures e Odivelas são um serviço público não personalizado, de interesse local, dotado de autonomia técnica, administrativa e financeira e geridos sob a forma empresarial, no quadro da organização intermunicipal, inscrevendo-se na administração direta dos respetivos municípios.

Os SIMAR não têm qualquer participação dos municípios. Contudo, na cláusula 4 está definido que, em termos de distribuição de perdas e resultados positivos e imputação de empréstimos, para efeitos do disposto no artigo 16.º, n.º 4 e 17.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2012, de 31/08, os Outorgantes acordam que a distribuição e/ou imputação será efetuada a cada um dos municípios com base no número de clientes existentes em 31/12/2013 nos seguintes termos e condições percentuais:

- Município de Loures - 95.757 clientes, a que corresponderá 57%;
- Município de Odivelas - 72.259 clientes, a que corresponderá 43%.

O Município é ainda associado da Área Metropolitana de Lisboa e da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

As transações e saldos existentes no ano de 2019 com estas entidades são os seguintes:

Saldos

Quadro n.º 7
(euros)

Entidade	Devedores		Credores	
	Conta POC	Valor	Conta POC	Valor
Águas do Tejo Atlântico	2719	92.310,21	2739	431.916,46
Sub - Total		92.310,21		431.916,46
Valorsul	2719		2739	2.623,13
Sub - Total		0,00		2.623,13
SIMAR	26	436.739,37	22	127.828,59
	2719	432.161,08	2739	148.036,86
Sub - Total		868.900,45		275.865,45
Total		961.210,66		710.405,04

Transações

Quadro n.º 8
(euros)

Entidade	Custos e Perdas		Proveitos e Ganhos	
	Conta POC	Valor	Conta POC	Valor
Águas do Tejo Atlântico	62	4.971.398,11		
	65	179.937,09	78	92.310,21
Sub - Total		5.151.335,20		92.310,21
Valorsul	62	25.027,94		
	65	17.456,82	78	
Sub - Total		42.484,76		0,00
SIMAR	62	1.108.461,53		
	65	342.881,72	74	5.000,00
	69	65.143,87	78	5.159.430,96
Sub - Total		1.516.487,12		5.164.430,96
TOTAL		6.710.307,08		5.256.741,17

Na conta de investimentos financeiros está ainda relevada a subscrição de unidades de participação do Fundo de Apoio Municipal (FAM), nos termos da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, e Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro no montante de 1.978.758 Euros.

Nos termos do artigo 19º da referida Lei, a realização do capital decorrerá nos próximos 7 anos, com início em 2015 através de duas prestações anuais a ocorrer nos meses de Junho e Dezembro.

Foi emitida uma Nota Explicativa por parte do SATAPOCAL, a qual preconizou o reconhecimento, já em 2014, da subscrição das Unidades de Participação, por contrapartida de um passivo, refletido na conta de Outros Credores, o qual não releva para efeitos de endividamento, nos termos do n.º 1 do artigo 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.

8.2.17. Não se aplica.

8.2.18. Não se aplica.

8.2.19. Não se aplica.

8.2.20. Não se aplica.

8.2.21. Não se aplica.

8.2.22. Em 31 de Dezembro de 2019, as dívidas de Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa que se encontram incluídas em dívidas a receber ascendem a 1.123.609,14 Euros, encontrando-se totalmente provisionadas.

Dívidas de Terceiros de Cobrança Duvidosa

Quadro n.º 9

(euros)

Dívidas de Terceiros de Cobrança Duvidosa	Saldo Inicial		Diminuições	
Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa	912.132,75	229.873,14	18.396,75	1.123.609,14
TOTAL	912.132,75	229.873,14	18.396,75	1.123.609,14

8.2.23. Dívidas – Pessoal (ativas e passivas).

As rubricas de pessoal, decompõem-se da seguinte forma:

Mapa Dívidas de Pessoal

Quadro n.º 10

(euros)

Dívidas Pessoal	2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Cauções do pessoal		1.317,00		1.317,00
Adiantamentos ao Pessoal	-593,75		-593,75	
Internalização da Municpália		300,00		300,00
Total	-593,75	1.617,00	-593,75	1.617,00

As Dívidas Ativas respeitantes ao Pessoal da Autarquia são de 593,75 Euros.

Relativamente às Dívidas Passivas de Pessoal, salienta-se que o montante de 1.317,00 Euros referente a “Cauções do Pessoal” corresponde aos créditos de depósitos de garantia/cauções do pessoal relativo ao exercício de funções de manuseamento de valores, determinados por lei.

8.2.24. Não se aplica.**8.2.25. Dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos em mora.**

Não existem débitos ao Estado e Outros Entes Públicos cujo pagamento esteja em mora. No entanto, a 31 de Dezembro de 2019, a rubrica “Estado e Outros Entes Públicos”, reflete um saldo credor de 315.995,00 Euros e decompõe-se da seguinte forma:

Mapa Estado e Outros Entes Públicos

Quadro n.º 11

(euros)

Estado e Outros Entes Públicos	2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto Sobre o Rendimento		6.050,15		13.572,81
Retenção de Imposto sobre o rendimento		167.873,15		155.496,78
Caixa Geral de Aposentações		93.357,50		91.342,20
Segurança Social		48.626,61		44.163,19
Serviços de Assistência Médica		87,59		79,78
IVA Reembolso Pedidos	271.831,38		163.207,98	
IVA Liquidações Oficiosas			1.183,39	
Total	271.831,38	315.995,00	164.391,37	304.654,76

Durante o ano de 2017 deu-se início a um processo de recuperação do IVA suportado, do Centro Cultural da Malaposta, Piscinas e Pavilhão Multiusos, referente ao período de 2014 a 2017, tendo sido aceite por parte da Autoridade Tributária o reembolso de IVA no valor de 389.250,69 Euros deste valor 271.831,38 Euros ainda se encontra refletido no saldo devedor da rubrica estado e outros entes públicos.

8.2.26. A desagregação das responsabilidades dos fundos caucionados por fornecedores de imobilizado e credores diversos encontra-se discriminado no mapa de operações de tesouraria.

Para 2019 transita um valor de fundos caucionados de 16.396.423,53 Euros, resultante de um saldo inicial de 15.185.474,51 Euros a que acresceu a prestação de 1.438.908,25 Euros e a liberação de Garantias/Cauções no montante de 419.729,33 Euros.

Garantias e Cauções

Quadro n.º 12

(euros)

Desagregação das Contas de Ordem	Saldo de Gerência Anterior		Movimento Anual		Saldo para a Gerência Seguinte	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e cauções	15.185.474,51	0,00			16.396.423,53	0,00
Cauções de Empreitadas	993.954,00	0,00	170.007,58	361.777,68	1.185.724,10	0,00
Cauções de Prestações de Serviços	8.616,41	0,00			8.616,41	0,00
Garantias Bancárias	14.182.904,10	0,00	419.729,33	1.438.908,25	15.202.083,02	0,00
Recibos para Cobrança	0,00	0,00			0,00	0,00
Total	15.185.474,51	0,00	589.736,91	1.800.685,93	16.396.423,53	0,00

8.2.27. Os movimentos nas rubricas de provisões, durante o exercício de 2019 foram os seguintes:

Provisões

Quadro n.º 13

(euros)

Provisões	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
19 - Provisões para aplicações de tesouraria	0,00			0,00
291 - Provisões para cobranças duvidosas	1.210.722,25	298.142,72	18.566,06	1.490.298,91
292 - Provisões para riscos e encargos	1.549.828,94	59.579,27	83.796,21	1.525.612,00
39- Provisões para depreciação de existências	0,00			0,00
49- Provisões para investimentos financeiros	0,00			0,00
TOTAL	2.760.551,19	357.721,99	102.362,27	3.015.910,91

As provisões para cobrança duvidosa registadas têm por base 100% do valor das dívidas constantes na conta 21.8 – Clientes, Contribuintes e utentes de cobrança duvidosa.

Neste exercício as provisões revertidas estão relacionadas maioritariamente com a anulação de saldos da rubrica de Loteamento e Obras no valor de 14.712,31 Euros.

O aumento do montante da conta “Provisões para cobrança duvidosa” deve-se essencialmente à provisão efetuada referente às dívidas de serviços de educação e refeições escolares no valor de 153.866,14 Euros e na rubrica de Loteamentos e Obras no montante de 71.751,68 Euros.

O valor acumulado de provisões para riscos e encargos até 2019 cifra-se 1.525.612,00 em Euros (2018: 1.549.828,94 Euros) e respeita a riscos e encargos associados a processos judiciais onde a Câmara Municipal de Odivelas é ré.

Esta provisão teve um reforço de 59.579,03 Euros em 2019, relacionado com novos processos e uma diminuição de 83.796,21 Euros.

No âmbito do apoio à instalação de novos municípios, definida na Lei 142/85 e na Lei 48/99, o Município de Odivelas peticionou uma ação administrativa comum sob a forma ordinária à Presidência do Conselho de Ministros no montante de 18.319.767,91 Euros. Este valor não se encontra relevado no Balanço do Município por se considerar um ativo contingente.

8.2.28. Fundo Patrimonial.

O Fundo Patrimonial apresentava um saldo inicial de 181.774.705,33 Euros, relativo a Património, Reservas Legais e Resultados Transitados. Os movimentos ocorridos na classe 5 foram os seguintes:

- ▶ Incremento da conta 57.1 – Reservas Livres, decorrente da aplicação de resultado líquido de 2018, no montante de 591.317,42 Euros;
- ▶ Incorporação de 11.235.030,91 Euros do Resultado Líquido do exercício de 2018, na conta 59.1 – Resultados Transitados provenientes dos resultados líquidos;
- ▶ Aumento na conta 59.2 – Regularizações de inventariação do património, no valor de 223.354,90 Euros.

Fundo Patrimonial

Quadro n.º 14
(euros)

Fundo Patrimonial	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Total
51.1 - Património CMO	318.430.575,44			318.430.575,44
51.2 - Património Municipália	867.473,14			867.473,14
51.3 - Património Odivelas Viva	0,00			0,00
57.1 - Reservas Legais	3.014.670,17	591.317,42		3.605.987,59
57.4 - Reservas Livres	0,00			0,00
57.6 - Doações	260.785,84	30.955,00		291.740,84
59.1 - Resultados Transitados provenientes dos resultados líquidos	63.392.763,53	11.235.030,91		74.627.794,44
59.3 - Resultados Transitados provenientes de regularizações de inventariação do património	-215.437.955,88	223.354,90		-215.214.600,98
59.2 - Regularizações efetuadas aos projetos comparticipados	-296.428,87			-296.428,87
59.4 - Saldos Finais da Municipália	-1.733.565,65			-1.733.565,65
59.5 - Saldos Finais da Odivelas Viva	1.450.039,28			1.450.039,28
88 - Resultado Líquido	11.826.348,33	11.019.359,37	11.826.348,33	11.019.359,37
Total	181.774.705,33	23.100.017,60	11.826.348,33	193.048.374,60

A variação da conta 59.2 representa todas as regularizações que têm vindo a ser efetuadas ao Património inicial do Município, não tendo sido relevada a correção na conta 51 – Património, mas fazendo-a refletir na conta 59 – Resultados Transitados.

8.2.29. Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas.

Existências

Quadro n.º 15
(euros)

Movimentos	Mercadorias	2019	2018
		Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo
32/36 - Existências Iniciais	0,00	80.792,08	85.536,36
312/316 - Compras	0,00	24.769,69	18.235,27
38 - Regularizações de Existências	0,00	-18.889,79	-25,34
32/36 - Existências Finais	0,00	62.817,39	80.792,08
612/616 - Custo do Exercício	0,00	23.854,59	22.954,21
CMVMC = EI+C+/-REG-EF	0,00	23.854,59	22.954,21

8.2.30. Não se aplica.

8.2.31. Demonstração de Resultados Financeiros.

O quadro abaixo visa apurar os ganhos ou perdas financeiras do Município de Odivelas, ou seja, os custos suportados pela utilização de recursos financeiros e os proveitos resultantes de aplicações financeiras de curto, médio e longo prazo.

Demonstração de Resultados Financeiros

Quadro n.º 16
(euros)

Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2019	2018			2019	2018
681	Juros suportados	271.679,63	246.632,36	781	Juros obtidos	9.254,17	21.139,49
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	7.187.948,10	7.114.015,19
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	103.751,89	150.214,65
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
686	Descontos P.P Concedidos	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	164,37	139,83
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiras	679,98	845,72	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
Resultados Financeiros		7.028.758,92	7.038.031,08				
Total		7.301.118,53	7.285.509,16		Total	7.301.118,53	7.285.509,16

O montante de 7.187.948,10 Euros na rubrica 783 – Rendimentos de Imóveis é resultante das rendas de concessão pagas pela EDP, nos termos da Portaria n.º 437/2001, de 28 de Abril e das receitas de águas residuais (tarifa fixa – conceito 21 e Tarifa variável – conceito 26) cobradas aos munícipes de Odivelas, bem como o débito das rendas pagas pelos SIMAR referentes a redes de saneamento de águas residuais.

Na conta 784 está refletido o valor a receber, referente à distribuição de dividendos, do ano de 2019 das Águas do Tejo Atlântico.

O montante refletido na rubrica na rubrica 688 – Outros custos e perdas financeiras resulta de custos com serviços bancários.

8.2.32. Demonstrações dos Resultados Extraordinários.

Demonstração de Resultados Extraordinários

Quadro n.º 17
(euros)

Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2019	2018			2019	2018
691	Transferências de capital concedidas	4.048.561,55	4.196.247,90	791	Restituições de impostos	131.697,38	75687,83
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0
693	Perdas em existências	1.717,09	12,85	793	Ganhos em existências	65,29	46,53
694	Perdas em imobilizações	18.983,02	1.687,52	794	Ganhos em imobilizações	0,00	0
695	Multas e penalidades	2.777,91	2.947,92	795	Benefícios de penalidades contratuais	319.028,62	298276,96
696	Aumentos de amortizações e provisões	0,00	80.189,05	796	Reduções de amortizações e provisões	102.362,27	257558,41
697	Correções relativas a exercícios anteriores	19.307,89	58.348,88	797	Correções relativas a exercícios anteriores	117.542,26	44651,2
698	Outros custos e perdas extraordinários	7.556,52	2.713,12	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	701.385,74	888529,62
Resultados Extraordinários		-2.726.822,42	-2.777.396,69				
Total		1.372.081,56	1.564.750,55		Total	1.372.081,56	1.564.750,55

A maior rubrica destas contas corresponde às transferências de capital que o Município de Odivelas efetua, resultante de protocolos de cooperação com as Juntas de Freguesia e outras entidades do concelho no âmbito das suas competências, decomposto da seguinte forma:

Transferências de Capital Concedidas

Quadro n.º 18
(euros)

	2019	2018
Freguesias	3.787.417,92	3.771.683,34
Coletividades	148.091,51	219.057,76
Bombeiros	113.052,12	205.506,80
Total	4.048.561,55	4.196.247,90

O valor reconhecido em perdas do Imobilizado refere-se a abates de bens do Património.

O valor reconhecido em benefícios de penalidades contratuais resulta de multas, coimas e outras penalidades de contraordenação e execuções fiscais e ainda juros de mora e compensatórios.

Em termos de proveitos, o valor das reversões de provisão ascende a 102.362,27 Euros, é relativo à reversão de provisões referentes a dívidas de cobrança duvidosa e provisões para riscos e encargos.

Do montante revelado em Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários, 515.177,46Euros refere-se à transferência da rubrica de Proveitos Diferidos relativos a subsídios ao investimento, na proporção das respetivas amortizações dos bens.

O valor de 131.335,42 é proveniente de indemnizações recebidas por danos causados em património Municipal.

O restante valor de 54.872,86 deve-se a reembolsos de seguros de acidentes de trabalho.

8.2.33. Outras Informações consideradas relevantes.

► Responsabilidades de curto prazo

Os custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações encontram-se identificados no mapa de empréstimos.

A 31 de Dezembro de 2019, a dívida com os Empréstimos Bancários totaliza 19.141.696,98 Euros, sendo que as responsabilidades de curto prazo são de 3.150.679,28 Euros, conforme quadro seguinte:

Empréstimos

Quadro n.º 19

(euros)

Entidade	Montante do Empréstimo	Saldo em 31.12.2019	Previsão dos Encargos Financeiros para o Próximo Ano			
			Amortização	Juros Remuneratórios	Comissões	Total
Caixa Geral de Depósitos	48.243.531,69	19.141.696,98	3.150.679,28	233.611,88	16,60	3.384.307,76
Total	48.243.531,69	19.141.696,98	3.150.679,28	233.611,88	16,60	3.384.307,76

► Dívidas de Terceiros

Em 31 de Dezembro de 2019, as Dívidas de Terceiros de curto prazo têm a seguinte composição:

Dívidas de Terceiros

Quadro n.º 20

(euros)

Dívidas de Terceiros a Curto Prazo	2019	2018
Clientes C/C	21.621,74	17.640,00
Contribuintes C/C	227.790,40	325.339,06
Multas, Coimas e Outras Penalidades	10.049,85	7.349,85
Loteamento e Obras	216.790,72	317.296,70
Elevadores	139,00	0,00
Outros	810,83	692,51
Utentes C/C	316.891,08	404.451,47
Serviços Específicos das Autarquias	5.102,29	12.238,01
Rendas e Alugueres	69.608,54	57.443,72
Serviços de Educação, Refeições Escolares	234.913,25	328.233,24
Outros Utentes	7.267,00	6.536,50
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	1.123.609,14	912.132,75
Adiantamentos a Fornecedores de Imobilizado	519,46	0,00
Estado e outros entes públicos	271.831,38	164.391,37
Outros Devedores	2.005.175,56	2.467.718,84
TOTAL	3.967.438,76	4.291.673,49

O saldo da rubrica Contribuintes c/c, no montante de 227.790,70 Euros, refere-se aos valores devidos ao Município de aplicação de coimas e custas de processos de contraordenação e de loteamento de obras.

Do saldo devedor com os Utentes c/c cerca de 234.913,25 refere-se a dívida referente às refeições escolares da II e 1º Ciclo. O montante de 69608,54 Euros corresponde às receitas devidas das rendas de habitação social e alugueres de pavilhões desportivos.

O saldo devedor de 2.005.175,56 Euros respeita, essencialmente, ao seguinte:

- Verbas a receber da DGESTE - 435.980,46 Euros;
- Às rendas devidas pela empresa EDP – Serviço Universal, S.A no âmbito do contrato de concessão no montante de 475.377,26 Euros;
- Valor a receber dos SIMAR, no valor de 436.739,3 Euros;
- Rendas de aluguer de espaços no valor de 307.549,76 Euros;

As Dívidas de Terceiros de médio e longo prazo no valor de 394.369,48 Euros referem-se a dívidas de loteamento e obras, para os quais foram celebrados planos de pagamentos, cuja data de vencimento é superior a 1 ano.

► Dívidas a Terceiros de Curto Prazo

Os valores das dívidas a terceiros decompõem-se, da seguinte forma:

Dívidas a Terceiros

Quadro n.º 21
(euros)

Dívidas a Terceiros a Curto Prazo	2019	2018
Fornecedores C/C	149.004,87	74.172,25
Fornecedores - Faturas em receção e conferência	1.922.927,68	1.492.799,07
Fornecedores de Imobilizado C/C	3.441,28	8.109,45
Estado e Outros Entes Públicos	315.995,00	304.654,76
Outros Credores	2.006.970,39	1.921.747,96
Total	4.398.339,22	3.801.483,49

Na rubrica “Fornecedores – Faturas em receção e conferência”, os principais saldos que decompõem o montante em aberto a 31 de Dezembro de 2019, são os seguintes:

- EDP Comercial no valor de 66.961,84 Euros;
- SIMAR, no valor de 127.828,59 Euros;
- Gertal no valor de 174.413,97 Euros;
- Estrela do Norte no valor de 130.433,21 Euros;
- Águas do Tejo Atlântico no valor de 431.488,36 Euros;
- Poolproz Portugal no valor de 55.532,63 Euros;
- Ambiente e Jardim no valor de 58.555,55 euros;
- Espacear – Arquitetura e construção civil no valor de 73.997,96 Euros.

O saldo da rubrica Outros Credores, no montante de 2.006.970,39 Euros, respeita essencialmente a operações de tesouraria no valor de 1.542.554,61 Euros, a uma dívida às Estradas de Portugal no valor de 622.512,19 e 109.931,00 Euros do Fundo de Apoio Municipal a pagar durante o ano de 2020.

► Acréscimos e Diferimentos Ativos

De acordo com o princípio de especialização do exercício, o Município de Odivelas contabilizou em Acréscimos e Diferimentos o seguinte:

Saldos Devedores		Quadro n.º 22 (euros)
Saldos Devedores	2019	2018
271 - Acréscimos de Proveitos		
Juros a Receber	2.325,14	7.539,27
Outros Acréscimos de Proveitos	4.661.866,77	3.998.374,03
Sub - Total	4.664.191,91	4.005.913,30
272 - Custos Diferidos		
Assistência Técnica	5.033,57	0,00
Seguros	134.321,62	0,00
Outros Custos Diferidos	330.096,74	460.273,01
Sub - Total	469.451,93	460.273,01
Total	5.133.643,84	4.466.186,31

Em Acréscimos de Proveitos, os principais movimentos considerados neste saldo são:

- Especialização de IMI, IUC, IMT e Derrama, de Dezembro de 2019 mas recebidos em Janeiro de 2020 – 2.211.189,85 Euros;
- Especialização da receita do SIMAR relativa a Dezembro de 2019 – 432.161,08Euros;
- Proveitos da LisboaGás - taxa de ocupação do subsolo – 384.803,00 Euros;
- Especialização das Férias e Subsidio de Férias a receber da DREL – Pessoal não Docente – 987.720,37 Euros;
- Especialização dos dividendos das Águas do Tejo Atlântico 92.310,21 Euros;
- Especialização de Proveitos arrecadados em 2020 cujo proveito se refere a 2019 no valor de 541.685,16 Euros.

A rubrica Outros Custos Diferidos inclui 243.035,90 Euros relacionados com pagamentos antecipados do Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) 2ª tranche ano letivo 2019/2020 (referentes a Janeiro-Março de 2020).

► Acréscimos e Diferimentos Passivos

Saldos Credores

Quadro n.º 23

(euros)

Saldos Credores	2019	2018
273 - Acréscimos de Custos		
Seguros a Liquidar	1,24	7.641,89
Remunerações a Liquidar	3.813.263,01	3.287.307,89
Juros a Liquidar	793,35	1.958,84
Assistência Técnica	128.324,65	50.949,44
Outros Acréscimos de Custos	1.884.437,25	2.818.654,15
Sub - Total	5.826.819,50	6.166.512,21
274 - Proveitos Diferidos		
Subsídios ao Investimento	21.114.421,99	21.001.090,87
Outros Proveitos Diferidos	44.247,15	41.630,80
Sub - Total	21.158.669,14	21.042.721,67
Total	26.985.488,64	27.209.233,88

O saldo da conta 27.3 – Acréscimos de custos inclui essencialmente:

- 3.813.263,01 Euros de remunerações e os respetivos encargos sobre remunerações, referente a Férias e subsídio de Férias a liquidarem em 2020;
- 1.884.437,25 Euros relativos a outros custos incorridos em 2019, cuja fatura só deu entrada nos Serviços em 2020.

Na conta 27.4 – Proveitos Diferidos, estão incluídos os subsídios para investimento, no montante de 21.114.421,99 Euros, atribuídos à autarquia, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio, os quais estando associados a ativos, são reconhecidos na conta “79.8.3 – Proveitos e ganhos extraordinários – transferências de capital”, de forma consistente e proporcional com as amortizações dos bens subsidiados.

► Fornecimentos e serviços externos

As rubricas mais relevantes que decompõem os custos com fornecimentos e serviços externos são as seguintes:

FSE Quadro n.º 25
(euros)

Descrição	Saldo
ELECTRICIDADE	2.490.480,21
COMBUSTÍVEIS	151.335,59
ÁGUA	1.108.859,69
OUTROS FLUÍDOS	139.980,22
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE DESGASTE RÁPIDO	2.480,53
LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	794,61
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	27.677,67
ARTIGOS PARA OFERTA	98.595,19
RENDAS E ALUGUERES	1.638.159,88
DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO	8.288,52
COMUNICAÇÃO	161.727,13
SEGUROS	212.669,91
DESLOCAÇÕES E ESTADIAS	12.082,04
HONORÁRIOS (SÓ RECIBOS VERDES)	806.054,93
CONTENCIOSO E NOTARIADO	5.886,60
CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	4.571.397,29
PUBLICIDADE E PROPAGANDA	41.709,55
LIMPEZA, HIGIENE E CONFORTO	980.506,26
VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	983.982,93
TRABALHOS ESPECIALIZADOS	7.318.038,48
TRABALHOS ESPECIALIZADOS	153,89
ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITA	926.374,50
OUTROS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS	2.965.522,15
Total	24.652.757,77

► Custos com Pessoal

O número médio de funcionário no Município a 31.12.2019 era de 1258. O detalhe dos custos com pessoal é o seguinte:

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019

Custos com Pessoal

Quadro n.º 26

(euros)

Conta	Descrição	Valor
64	CUSTOS COM O PESSOAL	25.875.017,77
641	REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS	493.995,18
64111	REMUNERAÇÃO PRINCIPAL	399.816,82
64112	DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO	48.882,84
64113	SUBSÍDIO EXTRAORDINÁRIO	36.244,12
6413	SUPLEMENTOS DE REMUNERAÇÕES	9.051,40
642	REMUNERAÇÕES DO PESSOAL	19.608.854,07
64211	PESSOAL DO MAPA	16.024.477,19
6421111	REMUNERAÇÃO PRINCIPAL	13.407.195,59
6421112	DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO	83.437,02
6421113	SUBSÍDIO DE FÉRIAS	1.365.774,19
6421114	SUBSÍDIO DE NATAL	1.168.070,39
64212	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO:	1.292.289,46
642121	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	420.508,92
6421211	REMUNERAÇÃO PRINCIPAL	356.267,31
6421213	SUBSÍDIO DE FÉRIAS	31.444,51
6421214	SUBSÍDIO DE NATAL	32.797,10
642122	MEMBROS DO GAP E DE APOIO AOS ÓRGÃOS DA AUTARQUIA	865.807,40
6421221	REMUNERAÇÃO PRINCIPAL	730.676,75
6421223	SUBSÍDIO DE FÉRIAS	73.737,27
6421224	SUBSÍDIO DE NATAL	61.393,38
642125	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	5.973,14
6421251	REMUNERAÇÃO PRINCIPAL	5.973,14
6422	SUPLEMENTOS DE REMUNERAÇÕES:	1.788.356,08
64221	TRABALHO EXTRAORDINÁRIO	238.605,82
64222	TRABALHO EM REGIME DE TURNOS	207.405,83
64223	ABONO PARA FALHAS	49.392,39
64224	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	1.262.938,59
64225	AJUDAS DE CUSTO	10.700,15
64226	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	19.313,30
6423	PRESTAÇÕES SOCIAIS DIRECTAS	503.731,34
64231	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	91.075,65
64232	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	7.874,29
64233	OUTRAS PRESTAÇÕES DE ACÇÃO SOCIAL	404.781,40
645	ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES	4.421.573,93
646	SEGUROS DE ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFISS	273.949,51
648	OUTROS CUSTOS COM PESSOAL	1.076.620,08

► Proveitos

O detalhe das rubricas de Vendas e Prestação de Serviços é o seguinte:

Vendas e prestação de serviços

Quadro n.º 27

(euros)

Conta	Descrição	Valor
71	VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2.997.122,35
711	VENDAS	1.128.840,72
71121	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	217,49
71129	OUTROS PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	1.085.977,03
7113	SUBPRODUTOS, DESPERDÍCIO, RESÍDUOS E REFUGOS	42.646,20
712	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1.868.281,63
71212	SERVIÇOS RECREATIVOS	5.758,00
71213	SERVIÇOS CULTURAIS	25.063,93
71214	SERVIÇOS DESPORTIVOS	855.451,30
71222	CEMITÉRIOS	102.621,69
71223	PARQUES DE ESTACIONAMENTO	60.405,67
71231	RENDAS DE HABITAÇÃO SOCIAL	235.797,06
7129	OUTRAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	583.183,98

O detalhe das rubricas de Transferências é o seguinte:

Transferências

Quadro n.º 28

(euros)

Conta	Descrição	Valor
74	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS	25.779.254,96
7421	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	25.763.754,96
74211	ORÇAMENTO DO ESTADO	17.104.324,00
742111	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.952.900,00
7421111	FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO	6.428.903,00
7421112	FUNDO SOCIAL MUNICIPAL	1.761.411,00
7421113	PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS	7.762.586,00
742112	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.151.424,00
7421121	FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO	714.323,00
7421127	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL ARTº 35 Nº 3 LEI 73/2013	437.101,00
74212	FUNDOS E SERVIÇOS AUTÓNOMOS	8.659.430,96
7422	ADMINISTRAÇÕES PRIVADAS	15.500,00

► Prazo Médio de Pagamento

A incorporação do valor do ativo imobilizado proveniente da Odivelas Viva, tem reflexos imediatos no apuramento do Prazo Médio de Pagamentos.

Assim, o Prazo Médio de Pagamentos do Município de Odivelas é a 31/12/2019 de 21 dias.

Capacidade de Endividamento

Quadro n.º 27

(euros)

Mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município de Odivelas a 31 de Dezembro de 2019

Demonstração do cálculo dos limites da dívida total municipal para 2019	MONTANTE
Receita Corrente Líquida 2016	84.988.071,58
Receita Corrente Líquida 2017	92.958.385,67
Receita Corrente Líquida 2018	97.321.170,20
Total da Receita Corrente Líquida 2016 - 2018	275.267.627,45
Média da receita Corrente Líquida	91.755.875,82
Limite da dívida Total	137.633.813,72
Situação da dívida total municipal a 31 de Dezembro de 2019	MONTANTE
Total das dívidas a terceiros	23.540.036,20
Contribuição SM/AM/SEL/Entidades Participadas	557.713,86
Dívida Total	24.097.750,06
Total da Dívida não orçamental	1.542.554,61
Total do Capital Excecionado	0,00
Total do FAM	109.931,00
Dívida Total excluindo Não Orçamental, Capital Excecionado e FAM	22.445.264,45
Situação face aos limites	MONTANTE
Margem Absoluta	115.188.549,27
Margem Utilizável	23.037.709,85